

Prova Escrita Objetiva e Discursiva – Nível Superior

ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

Tipo 3 – AMARELA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo oitenta questões objetivas e duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de texto definitivo destinada às respostas das questões discursivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a transcrição das respostas das questões discursivas para a folha de textos definitivos
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **60 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa sorte!

Língua Portuguesa

TEXTO – Sem tolerância com o preconceito

Átila Alexandre Nunes, *O Globo*, 23/01/2018 (adaptado)

Diante do número de casos de preconceito explícito e agressões, somos levados ao questionamento se nossa sociedade corre o risco de estar tornando-se irracionalmente intolerante. Ou, quem sabe, intolerantemente irracional. Intolerância é a palavra do momento. Da religião à orientação sexual, da cor da pele às convicções políticas.

O tamanho desse problema rompeu fronteiras e torna-se uma praga mundial. Líderes políticos, em conluio com líderes religiosos, ignoram os conceitos de moral, ética, direitos, deveres e justiça. As redes sociais assumiram um papel cruel nesse sistema. Se deveriam servir para mostrar indignação, mostram, muitas vezes, um preconceito medieval.

No campo da religiosidade, o fanatismo se mostra cada dia mais presente no Rio de Janeiro. No último ano, foram registradas dezenas de casos de intolerância religiosa por meio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Um número ainda subnotificado, pois, muitas ocorrências que deveriam ser registradas como “intolerância religiosa” são consideradas brigas de vizinhos.

A subnotificação desses casos é um dos maiores entraves na luta contra a intolerância religiosa. O registro incorreto e a descensão de grande parte da população na punição a esse tipo de crime colaboram para maquiagem o retrato dos ataques promovidos pelo fanatismo religioso em nossa sociedade. A perseguição às minorias religiosas está cada vez mais organizada com braços políticos e até de milícias armadas como o tráfico de drogas.

No último ano recebemos denúncias de ataques contra religiões de matriz africana praticados pelo tráfico de drogas, que não só destruíam terreiros, como também proibiam a realização de cultos em determinada região, segundo o desejo do chefe da facção local.

Não podemos regredir a um estado confessional. A luta de agora pela liberdade religiosa é um dever de todos para garantir o cumprimento da Constituição Federal. Quando uma pessoa de fé é humilhada, agredida ou discriminada devido à sua crença, ela tem seus direitos humanos e constitucionais violados. Hoje, fala-se muito sobre intolerância religiosa, mas, muito mais do que sermos tolerantes, precisamos aprender a respeitar a individualidade e as crenças de cada um.

Até porque, nessa toada, a intolerância irracional ganha terreno, e nós vamos ficando cada vez mais irracionalmente intolerantes com aquilo que não deveríamos ser. Numa sociedade onde o preconceito se mostra cada dia mais presente, a única saída é a incorporação da cultura do respeito. Preconceito não se tolera, se combate.

1

O título dado ao texto é “Sem tolerância com o preconceito”; esse posicionamento presente no título se liga:

- (A) à maioria absoluta da sociedade moderna;
- (B) à opinião pessoal do autor do texto;
- (C) às redes sociais;
- (D) aos fanáticos religiosos em nossa sociedade;
- (E) a grande parte de nossa população.

2

Os segmentos abaixo estão ligados semanticamente; o segmento em que a troca de posição dos termos sublinhados NÃO é adequada ao contexto é:

- (A) “O tamanho desse problema rompeu fronteiras e torna-se uma praga mundial”;
- (B) “...ignoram os conceitos de moral, ética, direitos, deveres e justiça”;
- (C) “...cada vez mais organizada com braços políticos e até de milícias armadas”;
- (D) “Líderes políticos, em conluio com líderes religiosos...”;
- (E) “Da religião à orientação sexual, da cor da pele às convicções políticas”.

3

A opção em que o conector sublinhado mostra corretamente seu valor semântico é:

- (A) “Diante do número de casos de preconceito explícito” / localização;
- (B) “Um número ainda subnotificado, pois, muitas ocorrências que deveriam ser registradas...” / conclusão;
- (C) “...está cada vez mais organizada com braços políticos e até de milícias armadas...” / companhia;
- (D) “...e até de milícias armadas como o tráfico de drogas” / exemplificação;
- (E) “...somos levados ao questionamento se nossa sociedade corre o risco de estar tornando-se irracionalmente intolerante” / condição.

4

“Da religião à orientação sexual, da cor da pele às convicções políticas”.

Esse é um dos períodos do texto construídos sem verbo; a reescritura adequada desse segmento em que acrescentássemos verbo e conector é:

- (A) A intolerância ocorre da religião à orientação sexual do mesmo modo que da cor da pele às convicções políticas;
- (B) Há intolerância na religião e na orientação sexual à proporção que também ocorre na cor da pele e nas convicções políticas;
- (C) Existe intolerância na religião e na orientação sexual embora exista também na cor da pele e nas convicções políticas;
- (D) Somos intolerantes no que diz respeito à religião e à orientação sexual, mas não na cor da pele e nas convicções políticas;
- (E) Ocorre intolerância ora da religião à orientação sexual, ora da cor da pele às convicções políticas.

5



HEI, HEI, PERAI, EU EXIJO
ALGUM RESPEITO AQUI!



O texto abaixo que se refere mais diretamente aos elementos representados na imagem acima é:

- (A) “A perseguição às minorias religiosas está cada vez mais organizada com braços políticos e até de milícias armadas”;
- (B) “Até porque, nessa toada, a intolerância irracional ganha terreno, e nós vamos ficando cada vez mais irracionalmente intolerantes com aquilo que não deveríamos ser”;
- (C) “Quando uma pessoa de fé é humilhada, agredida ou discriminada devido à sua crença, ela tem seus direitos humanos e constitucionais violados”;
- (D) “Numa sociedade onde o preconceito se mostra cada dia mais presente, a única saída é a incorporação da cultura do respeito”;
- (E) “Hoje, fala-se muito sobre intolerância religiosa, mas, muito mais do que sermos tolerantes, precisamos aprender a respeitar a individualidade e as crenças de cada um”.

6

A frase em que o vocábulo SE mostra a função de indeterminar o sujeito é:

- (A) “...somos levados ao questionamento SE nossa sociedade corre o risco...”;
- (B) “SE deveriam servir para mostrar indignação...”;
- (C) “No campo da religiosidade, o fanatismo SE mostra cada dia mais presente...”;
- (D) “Hoje, fala-SE muito sobre intolerância religiosa...”;
- (E) “Preconceito não SE tolera, se combate”.

7

“Um número ainda subnotificado...”; o adjetivo sublinhado, no texto, se refere ao número de ocorrências de preconceitos que:

- (A) foram registradas como fatos distintos;
- (B) nunca foram registradas;
- (C) foram oficialmente registradas;
- (D) receberam registro oficial com atraso;
- (E) foram notificadas com precisão.

8

Há uma série de vocábulos cuja significação decorre da situação de produção do texto e não de seu sentido contextual; são as chamadas palavras de sentido dêitico.

O segmento abaixo em que a palavra sublinhada tem seu valor semântico explicado no texto é:

- (A) “Intolerância é a palavra do momento”;
- (B) “No último ano, foram registradas dezenas de casos...”;
- (C) “A luta de agora pela liberdade religiosa...”;
- (D) “Hoje, fala-se muito sobre intolerância religiosa...”;
- (E) “Numa sociedade onde o preconceito se mostra cada dia mais presente...”.

9

“Até porque, nessa toada, a intolerância irracional ganha terreno, e nós vamos ficando cada vez mais irracionalmente intolerantes com aquilo que não deveríamos ser”.

A forma verbal “deveríamos ser” forma uma locução verbal como os vocábulos abaixo:

- (A) queremos ser;
- (B) mandamos ser;
- (C) deixemos ser;
- (D) vimos ser;
- (E) ouvimos ser.

10

Ainda que, no título, o texto fale de “preconceito”, no corpo do artigo ocorre:

- (A) a focalização de preconceito religioso entre grupos de fé distinta;
- (B) uma discussão ampla sobre vários tipos de preconceito;
- (C) uma particularização do preconceito voltado para as religiões de matriz africana;
- (D) uma apreciação sociológica do preconceito, sem particularizações;
- (E) um debate sobre o preconceito religioso em geral.

11

“No último ano, foram registradas dezenas de casos de intolerância religiosa...”; considerando-se objetivamente o termo “dezenas”, devem ter sido registrados:

- (A) entre 10 e 99 casos;
- (B) entre 1 e 10 casos;
- (C) entre 20 e 99 casos;
- (D) menos de 100 casos;
- (E) um número indeterminado de casos.

12

A frase do texto que NÃO exemplifica a ocorrência de voz passiva é:

- (A) “Diante do número de casos de preconceito explícito e agressões, somos levados ao questionamento...”;
- (B) “...corre o risco de estar tornando-se irracionalmente intolerante”;
- (C) “No último ano, foram registradas dezenas de casos de intolerância religiosa...”;
- (D) “Preconceito não se tolera, se combate”;
- (E) “...muitas ocorrências que deveriam ser registradas como ‘intolerância religiosa’...”.

13

Irracionalmente intolerante / intolerantemente irracional; essa mesma estrutura NÃO faz sentido lógico em:

- (A) festa lucidamente organizada / festa organizadamente lúcida;
- (B) resultado surpreendentemente maravilhoso / resultado maravilhosamente surpreendente;
- (C) lembranças docemente poéticas / lembranças poeticamente doces;
- (D) obras exemplarmente éticas / obras eticamente exemplares;
- (E) discussão tematicamente falsa / discussão falsamente temática.

14

No texto, a intolerância preconceituosa se deve a uma série de fatores; NÃO se inclui entre eles:

- (A) lideranças políticas;
- (B) fanatismo religioso;
- (C) secretarias de Estado;
- (D) redes sociais;
- (E) lideranças religiosas.

15

“Hoje, fala-se muito sobre intolerância religiosa”; essa frase apresenta reescritura inadequada em:

- (A) Fala-se muito, hoje, sobre intolerância religiosa;
- (B) Sobre intolerância religiosa, hoje fala-se muito;
- (C) Hoje muito é falado sobre intolerância religiosa;
- (D) Muito é falado, hoje, sobre intolerância religiosa;
- (E) Fala-se hoje muito sobre intolerância religiosa.

16

“Até porque, nessa toada, a intolerância irracional ganha terreno, e nós vamos ficando cada vez mais irracionalmente intolerantes com aquilo que não deveríamos ser”.

O problema de escritura desse segmento do texto é:

- (A) a grafia errada de “porque”;
- (B) a ambiguidade causada pela colocação de “mais”;
- (C) o mau uso do demonstrativo em “nessa toada”;
- (D) o mau emprego de “com” em lugar de “contra”;
- (E) a troca indevida de “isto” por “aquilo”.

17

O termo sublinhado abaixo que exerce uma função sintática diferente das demais é:

- (A) “Hoje, fala-se muito sobre intolerância religiosa, mas, muito mais do que sermos tolerantes...”;
- (B) “somos levados ao questionamento se nossa sociedade corre o risco de estar tornando-se irracionalmente intolerante”;
- (C) “O tamanho desse problema rompeu fronteiras e torna-se uma praga mundial”;
- (D) “Até porque, nessa toada, a intolerância irracional ganha terreno, e nós vamos ficando cada vez mais irracionalmente intolerantes”;
- (E) “No último ano recebemos denúncias de ataques contra religiões de matriz africana”.

18

“Diante do número de casos de preconceito explícito e agressões, / somos levados ao questionamento se nossa sociedade corre o risco de estar tornando-se irracionalmente intolerante”.

Os segmentos que compõem essa parte inicial do texto indicam, respectivamente:

- (A) consequência / causa;
- (B) fatos / explicação;
- (C) opinião / justificativa;
- (D) problema / reflexão;
- (E) informação / discussão.

19

“O tamanho desse problema rompeu fronteiras e torna-se uma praga mundial”.

Nesse segmento do texto, as duas formas verbais pertencem a tempos diferentes; isso ocorre por:

- (A) erro nesse emprego, já que ambos deveriam ser do mesmo tempo verbal;
- (B) indicação respectiva de uma ação passada e de um fato atual;
- (C) tentativa de dar destaque a uma realidade do presente;
- (D) demonstração de um fato já completado e outro que se encontra em fase inicial;
- (E) desejo de mostrar que fatos atuais são decorrentes de ações passadas.

20

“Ou, quem sabe, intolerantemente irracional”.

O segmento sublinhado tem valor de:

- (A) dúvida;
- (B) opinião;
- (C) certeza;
- (D) interrogação;
- (E) retificação.

Legislação Específica

21

De acordo com a Constituição do Estado de Alagoas, compete ao Tribunal de Justiça, precipuamente, a guarda da Constituição Estadual, cabendo-lhe, de forma privativa, processar e julgar, originariamente:

- (A) Juiz Eleitoral, pela prática de ato de improbidade administrativa;
- (B) Juiz de Paz, pela prática de crime cometido no exercício das funções públicas;
- (C) Delegado de Polícia estadual, pela prática de ato de improbidade administrativa;
- (D) Promotor de Justiça estadual, pela prática de crime comum;
- (E) Desembargador estadual, pela prática de crime comum.

22

O Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas estabelece que os serviços da Justiça Estadual sujeitam-se a correições preventivas e corretivas.

Nesse contexto, de acordo com o citado diploma normativo, as correições:

- (A) extraordinárias deverão, por sua natureza excepcional, ser realizadas diretamente pelo Corregedor-Geral nas Varas e Comarcas de primeiro grau de jurisdição;
- (B) extraordinárias serão realizadas nos órgãos do segundo grau de jurisdição necessariamente pelo Corregedor-Geral;
- (C) permanentes serão realizadas anualmente pelo Corregedor-Geral, nas Varas e Comarcas de primeiro grau de jurisdição;
- (D) ordinárias serão realizadas pelo Juiz titular mais antigo da comarca, em todas as Varas, que remeterá o relatório à Corregedoria Geral da Justiça;
- (E) ordinárias poderão ser realizadas por qualquer Juiz, mediante delegação e sob direta orientação do Corregedor-Geral.

23

Com base no seu Código de Organização Judiciária, em matéria de composição dos órgãos jurisdicionais do Tribunal de Justiça de Alagoas:

- (A) o Tribunal Pleno é formado pelo Presidente do Tribunal e Corregedor-Geral de Justiça, como membros natos, bem como por cinco Desembargadores eleitos;
- (B) o Presidente da Seção Especializada Cível funcionará como relator nato nos processos de competência do referido órgão, cabendo-lhe a condução dos trabalhos;
- (C) as Câmaras Isoladas Cíveis serão individualmente compostas por três Desembargadores, e a Câmara Criminal por quatro Desembargadores;
- (D) a Presidência de cada Câmara Isolada Cível ou Criminal será exercida pelo seu membro decano, que não funcionará como relator, cabendo-lhe, apenas, o voto de desempate;
- (E) a Seção Especializada Criminal é composta por três Desembargadores e é competente para processo e julgamento de ações penais originárias e revisões criminais.

24

O Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas estabelece que o órgão de apoio operacional, diretamente vinculado à presidência, que exerce a direção, a coordenação, a supervisão e a fiscalização dos serviços de apoio judiciário é denominado:

- (A) Direção-Geral do Tribunal de Justiça, a quem ficam subordinadas todas as Diretorias Adjuntas de Apoio Administrativo, bem como as Coordenadorias e Programas do Poder Judiciário;
- (B) Secretaria-Geral do Tribunal de Justiça, a quem ficam subordinadas as Diretorias Adjuntas de Assuntos Judiciários, as Secretarias de Câmaras, inclusive, a da Seção Especializada, além dos setores afins àquelas vinculadas;
- (C) Secretaria Especial da Presidência do Tribunal de Justiça, a quem ficam subordinadas a Chefia de Gabinete, a Diretoria de Comunicação Social, a Assessoria do Cerimonial, e todos os setores afins àqueles vinculados;
- (D) Secretaria-Geral da Corregedoria-Geral da Justiça, a quem ficam subordinadas todas as Diretorias Adjuntas de Apoio Administrativo, todas as Coordenadorias e todos os programas vinculados ao referido órgão censor;
- (E) Chefia de Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça, a quem ficam subordinadas todas as Diretorias Adjuntas de Apoio Administrativo, bem como as Coordenadorias e Programas do Poder Judiciário.

25

Em relação à investidura do servidor público civil do Estado de Alagoas, o regime jurídico único instituído pela Lei Estadual nº 5.247/91 estabelece que:

- (A) o concurso público para provimento de cargo efetivo terá validade de até três anos, podendo ser prorrogada, uma única vez, por igual período;
- (B) o prazo para o servidor entrar em exercício é de trinta dias, contados da data da posse e, escoado tal prazo sem o início do exercício, será o ato de nomeação revogado;
- (C) a posse ocorrerá necessariamente mediante assinatura pessoal do concursado em termo próprio, vedada a utilização de instrumento de procuração para tal fim;
- (D) a posse ocorrerá dentro do prazo de trinta dias, contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais sessenta dias, a requerimento do interessado, com a devida justificativa;
- (E) a posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres e as responsabilidades do cargo, independentemente de prévia inspeção médica oficial.

26

Consoante ensina a doutrina de Direito Constitucional e com base no Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas e na Constituição Estadual de Alagoas, a garantia da vitaliciedade é:

- (A) adquirida pelos magistrados no primeiro e segundo grau de jurisdição, após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do Tribunal de Justiça, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado, com prévio parecer da Procuradoria-Geral de Justiça;
- (B) adquirida pelos magistrados, após três anos de efetivo exercício, de maneira que, após tal período, só podem perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada a ampla defesa ou por meio de procedimento de avaliação periódica de desempenho, com ampla defesa;
- (C) inerente a todos os membros dos tribunais, independentemente da forma de acesso, sendo que um advogado ou membro do Ministério Público que ingresse na magistratura por meio da regra do quinto constitucional adquire a vitaliciedade no exato momento da posse, não tendo de passar por qualquer estágio probatório;
- (D) inerente a todos os membros da magistratura, após o período de estágio probatório de três anos, em que será avaliado o comportamento profissional do Juiz Substituto, e, por consequência, a sua aptidão ao desempenho da magistratura, considerando-se-lhe a idoneidade moral, que implica a dignidade funcional, a probidade e a independência;
- (E) inerente a todos os membros da magistratura, seja do primeiro grau de jurisdição, seja dos que ingressarem diretamente no Tribunal por meio da regra do quinto constitucional, somente após o período de estágio probatório de dois anos, com avaliação de desempenho pelo Conselho Estadual da Magistratura, ouvida a Corregedoria de Justiça.

27

Rodrigo, Analista Judiciário do Tribunal de Justiça de Alagoas, foi eleito presidente do sindicato dos servidores do Poder Judiciário de Alagoas.

De acordo com as disposições da Lei Estadual nº 5.247/91, Rodrigo:

- (A) não tem direito à licença para o desempenho do mandato, que deverá ser exercido sem prejuízo de seu trabalho, cujo horário de expediente será reduzido à metade, garantida a integralidade de sua remuneração;
- (B) não tem direito à licença para o desempenho do mandato, que deverá ser exercido sem prejuízo de seu trabalho, mas tem garantida sua inamovibilidade, até seis meses após o final do mandato, exceto se a pedido;
- (C) tem direito à licença para o desempenho do mandato, sem prejuízo de sua remuneração, além de garantida sua inamovibilidade, até um ano após o final do mandato, exceto se a pedido;
- (D) tem direito à licença para o desempenho do mandato, sem prejuízo de sua remuneração, mas não goza de qualquer tipo de garantia de inamovibilidade, que é aplicável exclusivamente aos magistrados;
- (E) tem direito à licença para o desempenho do mandato, com redução de metade de sua remuneração, além de garantida sua inamovibilidade, até seis meses após o final do mandato, exceto se a pedido.

28

A Lei Estadual nº 7.889/2017 estabelece normas sobre o plano de cargos, carreiras e salários dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Alagoas.

Ao tratar dos cargos em comissão, o citado diploma legal dispõe que serão:

- (A) remunerados com o valor dos vencimentos do cargo efetivo acrescido de 50% (cinquenta por cento) do valor do cargo em comissão;
- (B) destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, bem como exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo ou emprego público;
- (C) declarados em lei de livre nomeação e exoneração, bem como destinados, no mínimo, 80% (oitenta por cento) para servidores integrantes da Carreira Judiciária;
- (D) preenchidos, pelo menos 50% (cinquenta por cento), por servidores efetivos integrantes de seu quadro de pessoal;
- (E) exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, investidos com prévio concurso público.

29

De acordo com o Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas, o Conselho Estadual da Magistratura:

- (A) expede os atos convocatórios de concursos públicos para ingresso na Magistratura e para provimento de cargos da estrutura do Tribunal de Justiça;
- (B) é competente para julgar as sentenças e decisões dos Juízes de Direito, ou de Juízes Substitutos, nos processos de suscitação de dúvida;
- (C) tem atribuição para fazer publicar, mensalmente, os dados estatísticos expressivos do desempenho do Tribunal, referentes ao mês imediatamente anterior;
- (D) constitui órgão superior de inspeção e disciplina das atividades judiciárias na segunda instância, que promove inspeções e correições permanentes dos serviços judiciários;
- (E) determina a suspensão dos serviços judiciários, ou ainda o antecipado encerramento do expediente forense, quando motivo relevante o justifique.

30

Antônio, Analista Judiciário do Tribunal de Justiça de Alagoas, no exercício de suas funções, praticou incontinência pública e conduta escandalosa na repartição onde está lotado.

De acordo com a Lei Estadual nº 5.247/91, que versa sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis de Alagoas, após regular processo administrativo disciplinar, Antônio, em tese, está sujeito à sanção de:

- (A) advertência, que é aplicada pelo chefe do cartório;
- (B) suspensão, que não pode exceder noventa dias;
- (C) suspensão, que pode ser convertida em multa por necessidade do serviço;
- (D) demissão, que é aplicada pelo Presidente do Tribunal de Justiça;
- (E) demissão, que é aplicada pelo Corregedor-Geral de Justiça.

Conhecimentos Específicos

31

A vigilância sanitária municipal, em fiscalização de rotina em determinado restaurante, constatou a utilização de produtos impróprios para o consumo, bem como o risco de desabamento de uma escada interna usada pelos clientes, que dá acesso ao segundo andar.

Diante do constatado, a autoridade administrativa competente municipal interditou o restaurante, mediante a prática de ato administrativo:

- (A) de império, com base na prerrogativa do poder de polícia;
- (B) de gestão, com base na prerrogativa do poder hierárquico;
- (C) de expediente, com base na prerrogativa do poder normativo;
- (D) vinculado, com base na prerrogativa do poder disciplinar;
- (E) discricionário, com base na prerrogativa do poder regulamentar.

32

O Secretário Estadual de Fazenda de Alagoas, por estar temporariamente acumulando as funções de Chefe da Casa Civil e, portanto, sobrecarregado de trabalho, delegou competência ao Subsecretário Estadual de Fazenda para decidir recursos administrativos hierárquicos daquela pasta.

De acordo com a Lei nº 9.784/99 e com a doutrina de Direito Administrativo, o ato de delegação descrito é:

- (A) legal, pois a autoridade administrativa de hierarquia superior pode delegar competência para a de hierarquia inferior;
- (B) legal, pois, apesar de a regra geral ser a indelegabilidade de competência, a legislação permite a delegação nos casos de edição de atos normativos e de recursos hierárquicos;
- (C) legal, pois a competência é, via de regra, delegável e renunciável, desde que sejam observadas as formalidades legais e atendido o interesse público;
- (D) ilegal, pois a legislação, excepcionalmente, veda a delegação de competência para decisão de recurso hierárquico;
- (E) ilegal, pois a delegação de competência é possível apenas em favor de autoridade administrativa de hierarquia superior.

33

Consoante dispõe o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), o poder público deve assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Nesse contexto, o mencionado diploma normativo estabelece que:

- (A) à pessoa com deficiência submetida à medida restritiva de liberdade, devem ser assegurados direitos e garantias diferenciados em relação a apenados sem deficiência, independentemente de acessibilidade;
- (B) a pessoa com deficiência, quando figurar em um dos polos da ação ou atuar como testemunha, tem garantido o acesso ao conteúdo de todos os atos processuais de seu interesse, exceto no exercício da advocacia, hipótese em que as providências devem ser adotadas diretamente pela OAB;
- (C) todos os recursos de tecnologia assistiva disponíveis devem ser oferecidos para que a pessoa com deficiência tenha garantido o acesso à justiça, sempre que figure em um dos polos da ação ou atue como testemunha, advogado, defensor público, magistrado ou membro do Ministério Público;
- (D) os serviços notariais e de registro podem criar óbices ou condições diferenciadas à prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante, devendo, contudo, reconhecer sua capacidade legal plena;
- (E) os direitos da pessoa com deficiência serão garantidos por ocasião da aplicação de penalidades civis e administrativas, mas não no caso de sanções penais, hipótese em que vigora um regime jurídico próprio e diferenciado pelo seu caráter punitivo.

34

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo e as disposições da Constituição da República de 1988, em matéria de controle da administração pública, o Poder Judiciário está sujeito a controle exercido pelo:

- (A) Conselho Nacional de Justiça, a quem compete apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, no Judiciário, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como as concessões de aposentadorias, reformas e pensões;
- (B) Conselho Nacional de Justiça, a quem compete a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Judiciário, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas;
- (C) Conselho Nacional de Justiça, que aprecia, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;
- (D) Ministério Público, que recebe e conhece das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados;
- (E) Ministério Público, que julga as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos do Judiciário, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

35

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em sede de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, a indisponibilidade de bens:

- (A) pode apenas ser decretada após a audiência da parte adversa e, portanto, após a notificação para defesa prévia a que alude o Art. 17, §7º, da Lei nº 8.429/92;
- (B) deve somente recair sobre bens adquiridos após a data do suposto ato ímprobo, em respeito ao princípio da segurança jurídica e atualidade dos danos;
- (C) pode ser decretada ainda quando não demonstrada a prática efetiva de atos que induzam à conclusão de risco de dilapidação patrimonial de bens do acionado, pois o *periculum in mora* é presumido;
- (D) pode ser decretada em relação ao réu que seja agente público, caso presentes os requisitos cautelares *do fumus boni iures e periculum in mora*, mas não pode incidir em desfavor do demandado particular;
- (E) deve levar em consideração exclusivamente o valor do ressarcimento do dano ao erário, corrigido monetariamente desde a citação, excluído o montante de possível multa civil como sanção autônoma.

36

João foi aprovado dentro do número de vagas em concurso público, para provimento de cargo efetivo de Oficial de Justiça Avaliador. Ocorre que faltam apenas trinta dias para o término do prazo de validade improrrogável do concurso, e João ainda não foi convocado.

De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre a possibilidade de êxito em demanda judicial visando à sua investidura no cargo, João:

- (A) pode impetrar mandado de segurança, mas é indispensável a formação de litisconsórcio passivo necessário com os demais candidatos aprovados, independentemente de poderem ser diretamente atingidos pelo provimento jurisdicional;
- (B) pode impetrar mandado de segurança, e o termo inicial do prazo decadencial para seu ajuizamento é o término do prazo de validade do concurso;
- (C) não deve impetrar mandado de segurança, pois a suposta autoridade coatora tem a prerrogativa de alterar, a qualquer tempo, o número de vagas oferecidas inicialmente no edital;
- (D) não deve impetrar mandado de segurança, pois o entendimento pacífico é no sentido de que o candidato aprovado, ainda que dentro do número de vagas, tem mera expectativa de direito;
- (E) não deve impetrar mandado de segurança, pois a Administração Pública decide, de forma discricionária, a quantidade e o momento de convocação de candidatos, independentemente da quantidade de vagas oferecidas.

37

Maria, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Justiça Avaliador do Tribunal de Justiça de Alagoas, ao cumprir mandado judicial de citação no endereço da ré Joana, envolveu-se em discussão com ela, e acabou quebrando o portão de sua casa. Inconformada com a agressividade do agente público e com os danos que sofreu, Joana ajuizou ação indenizatória.

Na hipótese narrada, aplica-se a responsabilidade civil:

- (A) objetiva do poder público estadual, que prescinde da análise do elemento subjetivo por parte do agente público, cabendo ação de regresso em face do servidor, nos casos de culpa ou dolo;
- (B) objetiva e direta do agente público, eis que os fatos não ocorreram nas dependências do fórum, sendo imprescindível a comprovação de ter agido o agente público com dolo ou culpa;
- (C) subjetiva do poder público estadual, sendo imprescindível a comprovação de ter agido o agente público com dolo ou culpa, caso em que cabe ação de regresso visando ao ressarcimento ao erário;
- (D) subjetiva e direta do agente público, eis que os fatos não ocorreram nas dependências do fórum, sendo prescindível a comprovação de ter agido o agente público com dolo ou culpa;
- (E) subjetiva e solidária do agente público e do poder público estadual, para maior proteção ao particular lesado, sendo imprescindível a comprovação de ter agido o agente público com dolo ou culpa.

38

O poder público municipal, observadas as cautelas legais, praticou ato discricionário e precário, independentemente de licitação prévia, permitindo a utilização transitória, anormal e privativa de determinado bem público por um cidadão, para atividade eminentemente de interesse do particular, sem qualquer prejuízo à coletividade.

Em matéria de bens públicos, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a hipótese descrita trata de:

- (A) permissão de uso, que pode ser revogada a qualquer tempo, com direito de indenização proporcional ao investimento do particular beneficiado;
- (B) autorização de uso, que pode ser revogada a qualquer tempo, sem direito de indenização ao particular beneficiado, por motivo de interesse público;
- (C) concessão de uso, que pode ser revogada a qualquer tempo, com direito de indenização ao particular beneficiado, por motivo de discricionariedade administrativa;
- (D) concessão de direito real de uso, que pode ser revogado a qualquer tempo, mediante prévia decisão judicial, por motivo de interesse público;
- (E) permissão de uso, que pode ser anulada a qualquer tempo, sem direito de indenização ao particular beneficiado, por motivo de discricionariedade administrativa.

39

De acordo com o Art. 40, §8º, da Constituição da República de 1988, “é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.”

Considerando a aplicabilidade das normas constitucionais, a partir da interpretação do referido preceito se obtém uma norma constitucional de eficácia:

- (A) limitada e aplicabilidade indireta;
- (B) plena e aplicabilidade imediata;
- (C) contida e aplicabilidade mediata;
- (D) programática e aplicabilidade imediata;
- (E) institutiva e aplicabilidade integral.

40

Pedro, que tomou posse em um emprego público em sociedade de economia mista federal, foi informado pelo Departamento de Recursos Humanos que sua remuneração mensal não poderia exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

À luz da sistemática constitucional, a orientação do Departamento de Recursos Humanos está:

- (A) correta, pois todos os empregos públicos em sociedades de economia mista devem observar o referido limite remuneratório;
- (B) incorreta, pois nenhum emprego público em sociedades de economia mista está vinculado ao referido teto remuneratório;
- (C) correta, desde que a referida sociedade de economia mista receba recursos da União para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral;
- (D) incorreta, pois a autonomia dos poderes impede que o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal seja utilizado como limite remuneratório para Pedro;
- (E) correta, desde que a referida sociedade de economia mista não receba recursos da União para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

41

O Diretório Nacional do Partido Político Alfa, que somente conta com representantes na Câmara dos Deputados, ajuizou ação direta de inconstitucionalidade da Lei W, do Município Beta, postulando que fosse declarada a sua inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal e, em caráter cautelar, suspensa a sua eficácia.

À luz da sistemática constitucional, a petição inicial:

- (A) não deve ser conhecida pelo Supremo Tribunal Federal, pois a Lei W não pode ser impugnada por essa via;
- (B) deve ser conhecida pelo Supremo Tribunal Federal, pois é plenamente compatível com a ordem jurídica;
- (C) não deve ser conhecida pelo Supremo Tribunal Federal, pois o pleito liminar é incompatível com essa ação;
- (D) deve ser conhecida pelo Supremo Tribunal Federal, se assim deliberarem dois terços dos seus membros;
- (E) não deve ser conhecida pelo Supremo Tribunal Federal, pois o Partido Político Alfa não tem legitimidade para ajuizá-la.

42

João, com base na legislação vigente, impetrou mandado de segurança diretamente no Tribunal de Justiça do Estado Alfa, o qual tinha por objeto ato ilegal praticado pelo Governador do Estado. Após o exaurimento dessa instância, da qual resultou decisão denegatória, entendeu que a solução dada à causa era manifestamente contrária à Constituição da República de 1988.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que João pode interpor recurso:

- (A) especial ao Superior Tribunal de Justiça;
- (B) de revisão ao Supremo Tribunal Federal;
- (C) ordinário ao Superior Tribunal de Justiça;
- (D) extraordinário ao Supremo Tribunal Federal;
- (E) rescisório ao Conselho Nacional de Justiça.

43

Foi instituída Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no âmbito da Câmara dos Deputados com o seguinte objeto: “identificar possíveis irregularidades nos atos de gestão da administração pública federal indireta”. Ainda constou do ato de instauração que a CPI funcionaria por tempo indeterminado, bem como que teria poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

Por entender que o ato de instauração da CPI era manifestamente ilícito, o Partido Político Alfa solicitou o parecer de um advogado, o qual respondeu, corretamente, amparado pela ordem constitucional, que:

- (A) apenas o prazo de funcionamento da CPI era irregular;
- (B) apenas o objeto da CPI apresentava irregularidade;
- (C) apenas os poderes de investigação da CPI eram irregulares;
- (D) apenas o objeto e o prazo de funcionamento da CPI eram irregulares;
- (E) o prazo de funcionamento, o objeto e os poderes de investigação da CPI eram irregulares.

44

João, servidor público estadual, após cumprir os requisitos previstos na legislação de regência, teve a sua aposentadoria deferida pelo Governador do Estado Alfa. Para sua surpresa, foi informado pelo Departamento de Recursos Humanos que esse ato de aposentadoria ainda não assumira contornos definitivos, pois a sua legalidade ainda seria avaliada.

João, por entender ser incorreta a informação do Departamento de Recursos Humanos, consultou um advogado a respeito de como deveria proceder.

À luz da sistemática constitucional, a orientação adequada ao caso de João é a de que o Departamento de Recursos Humanos está:

- (A) certo, já que o ato de aposentadoria jamais se torna definitivo, podendo ser alterado a qualquer momento;
- (B) errado, pois o ato de aposentadoria, nas condições da narrativa, é um ato jurídico perfeito;
- (C) certo, pois o ato de aposentadoria é renovado a cada mês, com o pagamento do benefício;
- (D) errado, pois o preenchimento dos requisitos exigidos faz surgir o direito adquirido;
- (E) certo, pois a aposentadoria de João ainda deve ser registrada no Tribunal de Contas.

45

Um terço dos Senadores apresentou proposta de emenda constitucional alterando a sistemática orçamentária. A proposta foi aprovada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, por três quintos dos votos dos respectivos membros, sendo ao final promulgada, pelo Presidente do Senado Federal, a Emenda Constitucional WW. Acresça-se que, à época da votação, a região norte do País fora atingida por calamidade de grandes proporções da natureza.

À luz da sistemática constitucional, o processo legislativo que culminou com a aprovação da Emenda Constitucional WW:

- (A) apresentou vício de iniciativa e afrontou os limites materiais ao exercício do poder reformador;
- (B) afrontou apenas os limites materiais ao exercício do poder reformador;
- (C) afrontou apenas limite circunstancial ao exercício do poder reformador;
- (D) apresentou vício apenas no ato da promulgação, que foi realizada por autoridade incompetente;
- (E) foi irregular, pois a proposta restou aprovada sem a observância do quórum de votação exigido.

46

João, Oficial de Justiça Avaliador, recebeu mandado de busca e apreensão, tendo por objeto um computador, a ser cumprido na residência de Pedro.

À luz da sistemática constitucional, o referido mandado judicial:

- (A) pode ser cumprido, sem o consentimento de Pedro, em qualquer horário do dia ou da noite;
- (B) somente pode ser cumprido se houver o consentimento expresso de Pedro;
- (C) somente pode ser cumprido no horário nele constante, o qual, por imperativo constitucional, deve ser inserido;
- (D) pode ser cumprido, durante a noite, sem o consentimento de Pedro, se houver urgência;
- (E) somente pode ser cumprido, sem o consentimento de Pedro, durante o dia.

47

Mariano, através de contrato próprio, cedeu sua imagem pelo prazo de um ano à Marketing Esportivo Ltda.. No instrumento contratual, as partes convencionaram que eventual litígio decorrente dos termos pactuados deveria ser suscitado em até seis meses, sob pena de extinção da pretensão.

Essa cláusula é:

- (A) válida, pois o prazo decadencial pode ser objeto de pacto pelas partes;
- (B) inválida, visto que os direitos da personalidade são imprescritíveis;
- (C) válida, porque o prazo prescricional pode ser deliberado pelos contratantes;
- (D) inválida, pois o prazo prescricional não pode ser alterado pelas partes;
- (E) válida, na medida em que prazos de decadência e prescrição podem ser alterados pelos contratantes.

48

A Turma de ex-alunos do Colégio XYZ resolve formalizar-se como pessoa jurídica e, para tanto, opta pela espécie associação.

Quanto à sua existência, diz-se que:

- (A) ocorrerá quarenta e cinco dias após a inscrição do ato constitutivo no registro de pessoas jurídicas;
- (B) ocorrerá quarenta e cinco dias após a lavratura do ato de constituição;
- (C) ocorreu desde a primeira reunião dos ex-alunos;
- (D) ocorrerá quando da inscrição do ato constitutivo no registro de pessoas jurídicas;
- (E) ocorrerá a partir da lavratura do ato de constituição.

49

Maria, de 14 anos, desferiu diversas agressões escritas em seu perfil, em rede social, contra o Bar ABC Ltda., cujos prepostos se recusaram a vender-lhe bebida alcoólica.

Ante a menção desonrosa à imagem do Bar, é correto afirmar que:

- (A) o ato não é hábil a gerar dano, ante a falta de capacidade de fato de Maria;
- (B) o Bar poderá buscar tutela jurídica ante a violação de um direito da personalidade;
- (C) Maria, que adquire especial capacidade quando da prática de ato ilícito, responderá pelo dano;
- (D) o Bar não possui capacidade de direito, pelo que é inviável falar-se em danos à sua imagem;
- (E) o Bar nada poderá fazer, pois não é titular de direitos da personalidade.

50

A sociedade PQR Serviços Ltda., estabelecida em Maceió e onde se reúne a diretoria, possui três sócios-administradores: Paulo, que reside em Marechal Deodoro; Quênia, em Barra de Santo Antônio; e Rita, em Paripueira.

Nessa hipótese, pode(m)-se considerar como domicílio de PQR Serviços Ltda.:

- (A) Barra de Santo Antônio;
- (B) Maceió;
- (C) Paripueira;
- (D) Maceió, Marechal Deodoro, Barra de Santo Antônio e Paripueira;
- (E) Marechal Deodoro.

51

Quanto à remessa necessária, é correto afirmar que:

- (A) é instituto dotado de natureza recursal;
- (B) não incide nas hipóteses de condenação dos estados ao pagamento de soma inferior a um mil salários mínimos;
- (C) é condição de eficácia da sentença, embora esta já transite em julgado logo após o decurso, *in albis*, do prazo recursal;
- (D) incide nas hipóteses de prolação de sentença concessiva da segurança;
- (E) incide nas hipóteses em que a sentença adota orientação fixada em incidente de resolução de demandas repetitivas.

52

João, menor impúbere, representado por sua genitora Maria, propõe ação de alimentos em face de seu pai Francisco. Diante da incapacidade do autor, o juiz percebe que a participação do Ministério Público é obrigatória.

Nesse sentido, o Ministério Público:

- (A) será intimado para, no prazo de 30 dias, intervir como fiscal da ordem jurídica;
- (B) gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos;
- (C) será intimado para representar os interesses do incapaz;
- (D) será intimado para atuar como litisconsorte ativo;
- (E) será citado para integrar o feito como curador à lide.

53

No que se refere ao sistema recursal dos procedimentos afetos à Infância e Juventude, disciplinados pela Lei nº 8.069/90, é correto afirmar que:

- (A) os recursos independem do recolhimento de preparo;
- (B) o prazo para a interposição dos recursos é de cinco dias;
- (C) a sentença que destitui os genitores do poder familiar é impugnável por apelação, dotada de efeito suspensivo;
- (D) a sentença que defere a adoção internacional é impugnável por apelação, desprovida de efeito suspensivo;
- (E) as apelações, uma vez interpostas, não podem ensejar juízo de retratação.

54

Quanto à improcedência liminar do pedido, é correto afirmar que:

- (A) é incabível se a pretensão autoral contrariar entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas;
- (B) é incabível se o juiz verificar, de imediato, a ocorrência da prescrição;
- (C) interposta a apelação pela parte autora, o juiz poderá, no quinquídio, retratar-se da sentença;
- (D) não havendo retratação, o juiz determinará a remessa do feito ao tribunal, sendo incabível a citação do réu para ofertar contrarrazões;
- (E) não sendo interposta a apelação, o juiz deverá determinar a remessa do feito ao tribunal, mercê do duplo grau obrigatório.

55

No que concerne ao sistema recursal consagrado no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- (A) a eficácia da renúncia ao direito de recorrer está condicionada à aceitação da parte contrária;
- (B) salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido contrário, os recursos são desprovidos de efeito suspensivo;
- (C) salvo os embargos de declaração, os recursos são interponíveis no prazo de dez dias;
- (D) observados os requisitos de admissibilidade do recurso adesivo, será ele conhecido, ainda que o principal não o seja;
- (E) o Ministério Público tem legitimidade recursal se for parte da demanda, não a tendo se atuar como fiscal da ordem jurídica.

56

João, Oficial de Justiça, por intermédio de seu advogado, propôs ação judicial em face de Rita, porque ela o agrediu quando do cumprimento de determinado mandado de citação. Rita constituiu procurador nos autos e se defendeu. No curso do processo, o referido advogado da ré renunciou ao patrocínio da causa. O juiz suspendeu o processo e determinou que Rita regularizasse sua representação processual.

Descumprida a referida determinação, deverá o julgador:

- (A) extinguir o feito, sem resolução do mérito, por abandono da causa;
- (B) manter o processo suspenso, até ulterior manifestação do autor;
- (C) dar prosseguimento ao feito, nomeando curador especial à ré;
- (D) dar prosseguimento ao feito, considerando a ré revel;
- (E) extinguir o feito, com sentença de procedência do pedido.

57

Para dirimir uma controvérsia em relação ao valor exato da metragem de um imóvel, para fins de revisão de lançamento tributário, determinou o juiz a nomeação de um perito entre os profissionais legalmente habilitados e inscritos em cadastro do tribunal ao qual o juiz está vinculado. Para tanto, o perito informa o valor de seus honorários, uma vez que as partes não gozam do benefício da gratuidade de justiça. Após a concordância dessas, o valor é aprovado pelo juízo. Ao final do processo, com sentença de improcedência do pedido transitada em julgado, o perito pretende cobrar seus honorários até então não pagos.

Nesse sentido, deverá o perito requerer a:

- (A) citação das partes originárias, em processo autônomo, para pagar os referidos honorários periciais, sob pena de incidência de multa e honorários advocatícios;
- (B) citação do devedor, em processo autônomo, para pagar os referidos honorários periciais, sob pena de penhora de bens, eis que se trata de dívida patrimonial;
- (C) citação do devedor, em processo autônomo, para pagar os referidos honorários periciais, sob pena de prisão, eis que se trata de dívida de natureza alimentar;
- (D) intimação do devedor, no mesmo processo, para pagar os referidos honorários periciais, sob pena de prisão, eis que se trata de dívida de natureza alimentar;
- (E) intimação do autor, no mesmo processo, para pagar os referidos honorários periciais, sob pena de incidência de multa e honorários advocatícios.

58

João, credor, após verificar que o contrato de mútuo celebrado com os devedores solidários, José e Maria, fora descumprido, ajuizou ação de cobrança em face de José, pedindo a sua condenação na integralidade da dívida.

Nesse cenário, Maria poderá:

- (A) peticionar no processo requerendo seu ingresso como assistente simples para auxiliar José, uma vez que é juridicamente interessada;
- (B) peticionar no processo requerendo seu ingresso como assistente litisconsorcial para auxiliar José, uma vez que é juridicamente interessada;
- (C) ser chamada ao processo por João, uma vez que é devedora solidária;
- (D) denunciar à lide José, uma vez que ambos se obrigaram no contrato ao pagamento;
- (E) peticionar no processo requerendo seu ingresso como litisconsorte passivo.

59

NÃO constitui causa de suspensão do processo:

- (A) a perda da capacidade processual de qualquer das partes;
- (B) a morte do representante legal de qualquer das partes;
- (C) a arguição de incompetência do juízo;
- (D) a admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas;
- (E) a convenção das partes.

60

No que tange à revelia, é correto afirmar que:

- (A) o réu revel só poderá ingressar no processo se for assistido pela Defensoria Pública;
- (B) o juiz deverá de imediato julgar procedente o pedido formulado na inicial;
- (C) o juiz não poderá declarar o autor carecedor do direito de ação;
- (D) o efeito da presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial incide, ainda que a lide verse sobre direitos indisponíveis;
- (E) os prazos contra o revel sem patrono no processo fluem da data da publicação do ato decisório no órgão oficial.

61

Raimundo, Oficial de Justiça, por duas vezes procurou pelo réu em seu domicílio para cumprimento de um mandado de citação. Suspeitando de que o réu está se ocultando em recebê-lo, intimou um vizinho do réu, que presenciou a tentativa frustrada de citação, de que, no dia útil imediato, voltaria às 13 horas, a fim de efetuar a citação. No dia e hora designados, Raimundo realiza a citação do réu, que se encontrava no local. Ultrapassado o prazo de resposta, uma vez que não fora designada audiência de conciliação, percebeu-se que o réu não ofereceu contestação.

Nesse cenário, deverá o juízo:

- (A) decretar a revelia do réu e nomear um curador especial para apresentar defesa;
- (B) julgar procedente o pedido imediatamente, sem decretar a revelia, pela aquiescência ao pedido;
- (C) nomear um curador especial para apresentar defesa, o que impedirá o reconhecimento da revelia;
- (D) seguir com o processo, sem decretar a revelia e sem nomear curador especial;
- (E) decretar a revelia do réu e seguir com o processo para fase instrutória ou decisória.

62

O credor, ao perceber que o devedor estaria alienando todos os seus bens, e que esse comportamento poderia caracterizar uma tentativa de insolvência para não realizar o pagamento na data estipulada, distribuiu uma petição inicial visando à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente. Para tanto, indicou a lide e seu fundamento, expôs de forma sumária seu direito que objetivava assegurar e revelou que a atitude do réu traz risco ao resultado útil do processo.

Nesse sentido, é correto afirmar que:

- (A) o réu será citado para, no prazo de cinco dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir;
- (B) não sendo contestado o pedido, o réu será considerado revel e o juiz decidirá dentro de dez dias;
- (C) efetivada a tutela cautelar, o pedido principal deverá ser formulado em trinta dias em autos apartados;
- (D) na formulação do pedido principal não poderá a causa de pedir ser aditada;
- (E) apresentado o pedido principal, o autor será intimado, e o réu citado, para a audiência de conciliação ou mediação.

63

Em uma execução autônoma, por força de uma nota promissória vencida, no valor de cem mil reais, o devedor é citado e não realiza o pagamento da dívida no prazo legal de três dias. Todavia, ainda no prazo dos embargos, o devedor reconhece o crédito do exequente e deposita 30% do valor da dívida, acrescida das custas e honorários, e requer o parcelamento do débito restante em seis parcelas mensais, acrescidas de correção e juros legais. Ainda sem manifestação do juízo sobre seu requerimento de parcelamento, opõe os embargos no último dia legal do prazo, alegando excesso de execução.

Nessa hipótese, deverão ser os referidos embargos:

- (A) admitidos, pois haveria preclusão temporal caso não admitido pelo juízo o parcelamento requerido;
- (B) inadmitidos, pois a opção pelo parcelamento importa renúncia ao direito de opor embargos;
- (C) admitidos, e a opção desta via defensiva importa em desistência ao requerimento de parcelamento ainda não apreciado;
- (D) inadmitidos, pois não cabe discutir excesso de execução em título executivo extrajudicial;
- (E) admitidos, pois esses só serão extintos após o pagamento integral da dívida.

64

Marlon, Oficial de Justiça, quando ia para sua residência, lembrou que havia deixado seu telefone celular em um cartório de Vara Criminal de determinada comarca. Diante disso, estando na posse da chave do referido cartório, ingressou no local que já estava vazio, pegou seu celular e foi para casa, deixando, porém, por descuido, a porta do local aberta. Beto, também funcionário público, ao deixar o local de trabalho, viu quando Marlon deixou a porta aberta, e aproveitou-se então dessa situação, subtraindo um notebook, bem público, que no cartório se encontrava. Descobertos os fatos, o Ministério Público oferece denúncia em face de Marlon e Beto. Mesmo com o recebimento da denúncia, mas antes da sentença, Marlon reparou integralmente o dano causado à Administração Pública.

Considerando as informações narradas, é correto afirmar que:

- (A) Marlon e Beto respondem pelo crime de peculato, devendo a reparação do dano funcionar como causa de redução de pena pelo arrependimento posterior em relação a ambos;
- (B) Marlon responde pelo crime de peculato culposo, funcionando a reparação do dano, mesmo após a denúncia, como causa de extinção da punibilidade para este;
- (C) Beto deve responder pelo crime de peculato doloso, enquanto a conduta de Marlon é atípica, já que não há previsão de punição do peculato causado por culpa;
- (D) Beto não responderá por crime de peculato, já que não tinha posse do bem, enquanto a conduta de Marlon é atípica em razão do princípio da taxatividade dos crimes culposos;
- (E) Marlon e Beto respondem pelo crime de peculato culposo, não gerando a reparação dos danos qualquer consequência na pena, já que posterior ao oferecimento da denúncia.

65

Em razão de se encontrar com diversos mandados atrasados para o seu cumprimento, o Oficial de Justiça Moraes certifica em um deles que foi ao local da diligência e o citando não mais lá residia, apesar de nunca ter efetivamente lá comparecido. Posteriormente, restou demonstrado que o citando sempre residiu no endereço do mandado e que, de fato, o Oficial de Justiça não foi ao local.

Diante desse quadro fático, a conduta de Moraes configura:

- (A) crime de falsidade material de documento público;
- (B) crime de falsidade ideológica de documento público;
- (C) infração administrativa, mas conduta penalmente atípica;
- (D) crime de falsidade material de documento particular;
- (E) crime de falsidade material de atestado ou certidão.

66

Caio, secretário de juiz de Vara Cível, com o objetivo de subtrair o carro de seu desafeto, elabora um mandado de busca e apreensão e entrega ao oficial de justiça João para cumpri-lo, esclarecendo que o juiz tem urgência na execução da ordem. Acreditando na autenticidade do mandado, João vem a cumpri-lo imediatamente.

Descoberta a ilicitude, é correto afirmar que, em relação ao crime contra o patrimônio ocorrido:

- (A) Caio e João deverão responder como coautores;
- (B) Caio deverá responder na condição de partícipe, enquanto João, como autor direto;
- (C) Caio é autor mediato, enquanto João é partícipe, ambos respondendo pela mesma infração penal;
- (D) Caio é autor mediato, enquanto João é mero instrumento, somente o primeiro devendo responder pelo crime;
- (E) Caio e João deverão responder pelo mesmo crime na condição de partícipes.

67

Carmen, nascida em 10.03.1992, no dia 11.03.2012, alterou selo que tinha valor para coleção. Os fatos foram descobertos em 20 de dezembro de 2015, sendo oferecida denúncia em 10.03.2016 pelo crime do Art. 303 do CP (reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica, *pena: 1 a 3 anos de detenção e multa*). A inicial acusatória foi recebida três dias depois. Após instrução, foi publicada sentença julgando a pretensão punitiva do Estado procedente em 20.02.2018, sendo aplicada pena de 1 ano. O Ministério Público apresentou recurso de apelação, tendo em vista que Carmen seria reincidente, enquanto a defesa apelou buscando a absolvição, não sendo os recursos julgados até a presente data.

Considerando apenas as informações narradas e a previsão do Código Penal no sentido de que a pena de 1 a 2 anos prescreve em 4 anos e que a pena acima de 2 anos até 4 anos prescreve em 8 anos, é correto afirmar que:

- (A) poderá ser reconhecida a prescrição da pretensão executória;
- (B) poderá ser reconhecida, de imediato, a prescrição da pretensão punitiva estatal pela pena em abstrato;
- (C) poderá ser reconhecida, de imediato, a prescrição da pretensão punitiva estatal pela pena em concreto;
- (D) não poderá ser reconhecida, de imediato, a prescrição da pretensão punitiva estatal, devendo ser aguardado o trânsito em julgado para as partes;
- (E) não poderá ser reconhecida, de imediato, a prescrição da pretensão punitiva estatal, devendo ser aguardado o trânsito em julgado para a acusação, sendo irrelevante o trânsito para defesa.

68

Carla compareceu à Delegacia para narrar ter sido vítima de um crime de lesão corporal leve (Art. 129, §9º, CP - pena: 3 meses a 3 anos de detenção) que teria sido praticado por seu marido, Juarez, primário, em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher. Após requerimento, foram aplicadas medidas protetivas de afastamento do lar e não aproximação da vítima, tendo o oficial de justiça realizado a intimação de Carla e Juarez sobre o teor da decisão. Dois dias depois da intimação, Juarez retorna à casa de Carla e a ameaça para retomada do relacionamento. Carla, então, comparece ao Ministério Público para narrar o ocorrido e o promotor de justiça formula pedido de decretação da prisão preventiva de Juarez, que foi acolhido. Após o oferecimento da denúncia, mas antes de seu recebimento, Carla se arrepende e diz não mais ter interesse em ver o autor do fato processado.

Com base apenas nas informações narradas e nas previsões da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), é correto afirmar que:

- (A) poderá ser requerido o relaxamento da prisão preventiva, tendo em vista que a pena prevista para o delito é menor que 4 anos e o autor do fato não é reincidente;
- (B) poderá ser oferecida proposta de suspensão condicional do processo, tendo em vista que o denunciado é primário e a pena mínima do delito é inferior a 1 ano;
- (C) não poderá Carla se retratar da representação, tendo em vista que a Lei nº 11.340/06 somente admite retratação até o oferecimento da denúncia;
- (D) poderá Carla se retratar da representação, tendo em vista que ainda não houve recebimento da denúncia, mas deverá ser realizada perante o magistrado e ouvido o Ministério Público, para gerar a extinção da punibilidade;
- (E) não poderá Carla impedir o prosseguimento da ação penal por não mais ter vontade de ver o acusado responsabilizado criminalmente, mas poderá requerer a revogação das medidas protetivas aplicadas.

69

Fábio, Delegado de Polícia, toma conhecimento da suposta prática do crime de estupro contra Maria, filha de seu melhor amigo, que contava com 21 anos na data dos fatos. Considerando a gravidade do fato, a relação íntima que mantém com toda a família de Maria e a classificação do delito de estupro como de ação penal pública condicionada à representação, decide, por conta própria, instaurar inquérito policial para identificar a autoria delitiva. Maria, porém, quando intimada para ser ouvida após iniciado o procedimento investigatório, manifesta desinteresse na investigação dos fatos.

Considerando as informações narradas e as previsões do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) a suspeição não poderá ser oposta à autoridade policial nos autos do inquérito, mas poderá Fábio declarar-se suspeito;
- (B) o arquivamento do inquérito policial deverá ser determinado imediata e diretamente por Fábio, diante da manifestação da vítima;
- (C) o inquérito policial, apesar de ser procedimento indispensável, somente poderia ter sido iniciado a partir de representação da vítima;
- (D) o inquérito não poderia ter sido instaurado, já que a investigação de crimes de ação penal pública condicionada à representação somente pode ser realizada diretamente pelo ofendido, ainda que com ajuda dos órgãos públicos;
- (E) o oferecimento da denúncia por parte do Ministério Público depende de representação de Maria, apesar de ser possível a instauração do inquérito policial sem essa concordância, tendo em vista que a ação é de natureza pública.

70

Antônio, funcionário público, foi denunciado pela suposta prática de crime de peculato após longa investigação realizada em inquérito policial.

Considerando que o Código de Processo Penal prevê procedimento especial para julgamento de crime praticado por funcionário público contra a Administração e de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- (A) o acusado poderá ser notificado para apresentação de defesa preliminar no prazo de cinco dias;
- (B) a existência de inquérito policial instruindo a ação penal torna desnecessária a apresentação de defesa preliminar;
- (C) a rejeição da denúncia por parte do magistrado não exige fundamentação;
- (D) a decisão do magistrado que eventualmente rejeite a denúncia poderá ser questionada pelo Ministério Público através de recurso de apelação;
- (E) a falta de intimação do denunciado para contrarrazões a eventual recurso contra decisão que rejeitou a denúncia não gera nulidade se nomeado defensor dativo.

71

Matheus foi denunciado pela prática de dois crimes de furto simples (*pena: 1 a 4 anos de reclusão e multa*), que teriam sido praticados em Maceió, um crime de furto qualificado (*pena: 2 a 8 anos de reclusão e multa*), que teria sido praticado em Pilar, cidade esta onde o réu reside, e um crime de roubo simples (*pena: 4 a 10 anos de reclusão e multa*), que teria sido praticado em Santa Luzia do Norte, todos esses delitos ligados por relação de conexão. A denúncia foi oferecida perante a Vara da Comarca de Pilar, tendo o juiz titular do órgão solicitado que o funcionário responsável pelo processamento do procedimento fizesse uma análise prévia sobre a competência para julgamento da ação penal.

Considerando apenas as informações constantes na situação hipotética narrada, deverá o funcionário esclarecer que, de acordo com o Código de Processo Penal, o(s) juízo(s) da(s) Comarca(s) de:

- (A) Maceió é o competente;
- (B) Santa Luzia do Norte é o competente;
- (C) Pilar é competente, tendo em vista que esse é o local de residência do denunciado;
- (D) Pilar é competente, diante da regra de prevenção aplicável aos processos conexos;
- (E) Pilar, Santa Luzia do Norte e Maceió são competentes, devendo haver separação dos processos para julgamento.

72

A revisão criminal tradicionalmente é tratada pela doutrina como ação autônoma que tem como objetivo questionar decisão penal condenatória após o trânsito em julgado.

Sobre o tema, o Código de Processo Penal prevê que a revisão:

- (A) poderá ser utilizada pelo condenado, em seu favor, ou pelo Ministério Público, em favor da sociedade;
- (B) poderá ser apresentada após o trânsito em julgado, antes da extinção da pena, mas não depois dela;
- (C) será admissível quantas reiterações forem pretendidas pelo condenado, independentemente de novas provas;
- (D) será cabível ainda que as novas provas não demonstrem a inocência do condenado, mas tão só a diminuição especial de pena;
- (E) poderá ser apresentada pelo condenado ou por procurador legalmente habilitado, cessando a possibilidade de apresentação em caso de morte do réu.

73

O Código de Processo Penal, em seus artigos 158 e seguintes, disciplina, dentro do Título “Da Prova”, o tema “Do Exame de Corpo de Delito e das Perícias em Geral”.

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

I. Quando a infração deixar vestígios, é indispensável a realização de exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.

II. O exame de corpo de delito e outras perícias devem ser realizados por dois peritos oficiais ou, em sua falta, três pessoas idôneas portadoras de diploma de curso superior.

III. Assim como as partes, o assistente de acusação poderá formular quesitos e indicar assistente técnico para acompanhar a perícia.

Com base nas previsões do Código de Processo Penal, está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente III;
- (C) somente I e II;
- (D) somente I e III;
- (E) I, II e III.

74

Beto foi denunciado pela prática de crime de homicídio doloso qualificado. Com sua citação, foi deferido a Beto o direito de responder ao processo em liberdade. Após o fim da primeira fase do procedimento do Tribunal do Júri, em que foi decretada a revelia de Beto, foi o acusado pronunciado, mas não foi localizado nos endereços fornecidos para ser intimado de tal decisão. Diante disso, o magistrado determinou sua intimação da decisão de pronúncia por edital, intimando pessoalmente a defesa técnica.

Diante da situação narrada, é correto afirmar que a intimação de Beto foi:

- (A) inválida, tendo em vista que o Código de Processo Penal exige que a intimação do réu seja pessoal;
- (B) válida, mas, não comparecendo, deverá o processo ser suspenso, assim como o curso do prazo prescricional;
- (C) válida, mas, não comparecendo, deverá o processo ser suspenso, diferente do que ocorre com o curso do prazo prescricional;
- (D) válida, podendo o processo prosseguir, inclusive com realização de sessão plenária do Tribunal do Júri sem a presença do acusado;
- (E) válida, podendo o processo prosseguir, mas para realização da sessão plenária do Tribunal do Júri é indispensável a presença do acusado.

75

Caio, Oficial de Justiça, foi cumprir mandado de citação na residência de Lauro, comparecendo ao local 3 vezes e certificando, após informações obtidas com vizinhos, que o denunciado estava se ocultando para não ser citado. Além disso, Caio compareceu a todos os endereços de Raul constantes nos autos da ação penal onde figura como acusado, certificando que ele se encontrava em local incerto e não sabido. Após a certidão, contudo, descobre que Raul estava preso na mesma unidade da federação do juiz processante em razão de prisão preventiva decretada em diferente processo. Por fim, Caio foi cumprir mandado de citação na residência de Flávio, mas houve equívoco, já que este estava preso preventivamente em razão de decisão proferida nos mesmos autos em que foi expedido o mencionado mandado.

Com base apenas nas informações narradas, após as informações de Caio, a citação de Lauro, Raul e Flávio deverá ocorrer, respectivamente, na(s) modalidade(s) de citação:

- (A) pessoal, em relação aos três denunciados;
- (B) com hora certa, citação por edital e citação pessoal;
- (C) por edital, citação por edital e citação pessoal;
- (D) com hora certa, citação pessoal e citação pessoal;
- (E) por edital, citação pessoal e citação pessoal.

76

Bartolomeu, Oficial de Justiça, foi vítima de crime de injúria sem relação com o exercício da função pública, crime de ação penal privada. A ofensa ocorreu no dia 06 de setembro de 2017 através de escrito recebido por Bartolomeu em mãos, mas sem assinatura. Após diligências para identificar o autor das ofensas, Bartolomeu descobre, em 07 de dezembro de 2017, que aquelas foram proferidas por João e José, em conjunto, réus em uma ação penal que corre perante a Vara Criminal de Maceió. Após o recesso forense e o carnaval, em 06 de março de 2018, Bartolomeu apresenta queixa-crime em face de João, esclarecendo na inicial que não tem interesse em incluir José no polo passivo pelo fato de ele ser maior de 70 anos.

Com base apenas nas informações expostas, o magistrado:

- (A) não poderá receber a queixa em face de João, tendo em vista que houve decadência e o prazo decadencial tem natureza material;
- (B) não poderá receber a queixa em face de João, tendo em vista a renúncia realizada em favor de José;
- (C) deverá receber a queixa em face de João e José, tendo em vista que o prazo decadencial tem natureza processual;
- (D) deverá receber a queixa em face de João, tendo em vista que o prazo decadencial tem natureza processual;
- (E) deverá receber a queixa em face de João, pois, apesar da natureza material, o início do prazo decadencial somente ocorreu em 07 de dezembro de 2017.

77

Bárbara, Oficial de Justiça, compareceu a determinado endereço para cumprir mandado de busca e apreensão residencial. Quando do cumprimento do mandado, encontrou materiais que serviam de prova para demonstrar a prática de outro delito autônomo àquele investigado e que justificou a medida, apesar de serem da mesma natureza e envolverem o mesmo *modus operandi*. Diante disso, também apreendeu aqueles materiais. Enquanto retornava para seu trabalho, Bárbara encontrou com Joana, colega de escola de quem sempre desconfiara que estivesse envolvida na prática de crimes de corrupção. Em razão disso, optou por gravar, de maneira secreta, a conversa que estavam tendo, sendo que efetivamente registrou o momento em que Joana oferecia vantagem financeira para Bárbara deixar de praticar ato de ofício. Considerando essas informações, é correto afirmar que:

- (A) os elementos de prova, como um todo, obtidos a partir da busca e apreensão e da gravação realizada por Bárbara são válidos;
- (B) os elementos de prova, como um todo, obtidos a partir da busca e apreensão e da gravação realizada por Bárbara são inválidos;
- (C) a prova obtida a partir da gravação realizada por Bárbara é inválida, enquanto todos os elementos obtidos a partir da busca e apreensão são válidos;
- (D) a prova obtida a partir da gravação realizada por Bárbara é válida, enquanto todos os elementos obtidos a partir da busca e apreensão são inválidos;
- (E) os elementos de prova obtidos na busca e apreensão somente são válidos em relação ao crime que justificou a medida, mas não quanto ao descoberto fortuitamente, enquanto a prova obtida a partir da gravação de Bárbara é válida.

78

Vitor, Oficial de Justiça, recebeu mandado de prisão temporária e mandado de busca e apreensão para cumprimento acompanhado de membros da Polícia Civil. Diante dos mandados recebidos, Vitor fez uma análise da regularidade dos instrumentos de acordo com as previsões da lei.

Assim, diante das previsões legais, Vitor deverá verificar se foi:

- (A) subscrito o mandado de busca e apreensão pelo escrivão e assinado pelo promotor que apresentou o requerimento de expedição;
- (B) expedido o mandado de prisão temporária, em duas vias, uma das quais será entregue ao indiciado e servirá como nota de culpa;
- (C) exposto, no mandado de busca e apreensão, o crime pelo qual o indiciado está sendo investigado, dispensada a exposição dos motivos e fins do mandado;
- (D) expedido o mandado de prisão temporária, a partir de decisão proferida pelo magistrado, seja de ofício ou a partir de requerimento do Ministério Público ou representação do Delegado;
- (E) identificada, o mais precisamente possível, no mandado de busca e apreensão, a casa em que será realizada a diligência, sendo irrelevante a indicação do proprietário ou morador, ainda que conhecido.

79

Tales adquiriu um apartamento com os valores obtidos a partir do tráfico de drogas realizado pela associação criminosa da qual faz parte. Após adquirir o imóvel, porém, o transferiu para sua mãe, visando impedir a descoberta de que o bem foi adquirido com proventos da infração penal. Ao tomar conhecimento desse fato, a autoridade policial, ainda durante o inquérito, representa pela decretação do sequestro do bem.

Considerando as informações narradas e as previsões do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) não caberá o sequestro durante o inquérito policial, em respeito aos princípios da inércia e da imparcialidade, dependendo sua decretação do oferecimento de denúncia e requerimento do Ministério Público;
- (B) caberá o sequestro de bens imóveis adquiridos com proventos da infração penal, mas não de bens móveis;
- (C) caberá avaliação pelo oficial de justiça avaliador e venda dos bens objeto de sequestro desde o recebimento da denúncia;
- (D) caberá sequestro antes do oferecimento da denúncia diante da representação da autoridade policial, mas ele será levantado se a ação não for proposta no prazo de 60 dias da conclusão da diligência;
- (E) não caberá o sequestro, mas sim hipoteca legal, diante da natureza de imóvel do bem adquirido com proventos do delito.

80

No curso de ação penal onde Vinícius e Junior figuram como denunciados, foi expedida carta precatória para oitiva de determinada testemunha sob o fundamento de que esta residia em Estado da Federação diverso do competente para julgamento. No momento da expedição da carta precatória, a defesa de Vinícius foi devidamente intimada do ato, mas o mesmo não ocorreu em relação à defesa de Junior. Ao receber a carta precatória, no juízo deprecado foi designada audiência para oitiva da testemunha, mas dessa vez somente a defesa de Junior foi intimada, havendo omissão na intimação da defesa de Vinícius para o ato. Vinícius e Junior, então, procuram seus advogados para esclarecimentos sobre o procedimento a ser observado diante da expedição da carta precatória e a regularidade da expedição.

Com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores e nas previsões do Código de Processo Penal, os advogados deverão esclarecer que:

- (A) a expedição de carta precatória suspenderá a instrução criminal;
- (B) a expedição de carta precatória foi inadequada, pois deveria ter sido expedida carta rogatória;
- (C) a intimação da defesa de Vinícius da expedição da carta precatória tornou desnecessária sua intimação quanto à data da audiência no juízo deprecado;
- (D) a falta de intimação de Junior da expedição da carta precatória para oitiva da testemunha gerou nulidade absoluta;
- (E) a carta precatória foi expedida de maneira inadequada, pois é instrumento utilizado para intimação da testemunha, mas sua oitiva deverá ocorrer perante o juízo competente para julgamento da ação penal.

Discursiva

1

Visando a cumprir mandado de citação extraído dos autos de uma ação de cobrança, Oficial de Justiça, no dia 04 de dezembro de 2017, segunda-feira, dirigiu-se ao condomínio edifício onde residia o réu, ocasião em que obteve a informação de que ele não se encontrava. Dois dias depois, o Oficial retornou ao condomínio, tendo sido informado pelo funcionário da portaria, responsável pelo recebimento de correspondência, de que o demandado não estava no local. Suspeitando que o réu se ocultava para frustrar a diligência, o Oficial de Justiça, lembrando-se de que o seu próximo dia na escala de trabalho seria apenas na segunda-feira seguinte, intimou o referido funcionário, informando-lhe que voltaria ao local às seis horas da manhã do dia 11 de dezembro. Na data e hora designadas, o Oficial voltou ao condomínio, sendo, novamente, informado de que o demandado não se encontrava, fato que o levou a considerá-lo citado por hora certa, exarando certidão nesse sentido. Transcorrido *in albis* o prazo para o oferecimento de contestação, o juiz decretou a revelia do réu e, de imediato, proferiu sentença em que acolhia o pedido, fundando-se na presunção de veracidade dos fatos alegados na petição inicial. Sem que fosse interposto qualquer recurso, a sentença transitou em julgado. Tendo o processo ficado paralisado pelo período de dois anos e um mês, a partir do trânsito em julgado da última decisão ali proferida, o autor requereu ao juiz o cumprimento da sentença, o que foi deferido. Expedido mandado de intimação do réu, esse, finalmente, foi encontrado.

Nesse cenário, responda justificadamente:

- a) Agiu corretamente o Oficial de Justiça, ao proceder à citação por hora certa?
- b) Agiu corretamente o magistrado, ao decretar a revelia e acolher de imediato o pleito autoral?
- c) Quais os meios processuais de que dispõe o réu para se insurgir contra a pretensão executória do autor?

2

Clara, Oficial de Justiça de determinado Tribunal de Justiça, recebeu mandado de busca e apreensão para cumprimento. O mandado deveria ser cumprido na residência de Carlos, localizada em grande cidade do Estado, tendo sido tal documento regularmente expedido nos autos de ação penal pela suposta prática do crime de estelionato. Após estar com o mandado em mãos, Clara recebe a informação de que Carlos, todos os dias, saía para trabalhar às 6h da manhã, razão pela qual se dirige ao endereço indicado no mandado para cumprimento às 4h. Chegando ao local às 4h30min, acompanhada de policiais militares em razão da periculosidade da localidade, Clara chama por Carlos, que estava dormindo e não autoriza o ingresso em sua residência. Contudo, munida do mandado de busca e apreensão, Clara opta por ingressar no imóvel para realizar a diligência, efetivamente apreendendo documentos relacionados ao fato mencionado na ação penal. Após adotar as medidas cabíveis, quando deixava o local, às 5h20min, Clara e os policiais verificam que João, vizinho de Carlos, ingressou em sua própria casa correndo ao avistar os policiais, trazendo consigo uma sacola e um objeto preto nas mãos. Diante disso, os agentes da lei, acompanhados de Clara, ingressam no imóvel de João e encontram material entorpecente para venda, bem como dinheiro em espécie distribuído em pequenas notas junto com as drogas, e o objeto preto, que era um simulacro de arma. As drogas e o simulacro são apreendidos, sendo João preso em flagrante e encaminhado para a Delegacia.

Considerando apenas as situações narradas, responda os questionamentos a seguir:

- a) A diligência realizada no interior da residência de Carlos foi válida? Justifique.
- b) Finda a diligência na residência de Carlos, quais formalidades deverão ser observadas por Clara diante da apreensão de bens?
- c) A diligência realizada no interior da residência de João foi válida? Justifique.

Realização

